

## ATA Nº 133

Aos 07 dias de março de 2020, na sua sede sita na Rua Eça de Queirós, número 3, primeiro andar, 1050-095 Lisboa, reuniu em Assembleia Geral em sessão Ordinária a Federação Portuguesa de Pesca Desportiva com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Leitura e votação da Ata da última Assembleia Geral;
2. Análise, discussão e votação do Relatório e Contas da Direção, relativo à época desportiva de 2019;
3. Outros assuntos de interesse para a modalidade;

A Mesa da Assembleia Geral foi constituída pelo Presidente da Assembleia Geral, João Manuel Ferreira da Silva e não estando completa, o Presidente pediu a colaboração da senhora Ana Mateus e José Carvalho para secretários, tendo os mesmos aceitado o cargo. De seguida propôs à Assembleia que fosse votada a constituição da Mesa da Assembleia com a inclusão dos elementos convidados para secretários, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade.

A Assembleia Geral funcionou em primeira convocatória à hora marcada, mas, devido ao facto de os elementos presentes não representarem a maioria dos votos exigidos estatutariamente, a mesma reuniu em segunda convocatória, pelas 10 horas com nove Delegados distribuídos da seguinte forma:

### **Um Delegado Representante de Clubes**

Pedro Renato Sabino Marques Prata.

### **Dois Delegados Representantes dos Praticantes**

António Miguel Ribeiro Oliveira e Pedro Manuel Oliveira Silva

### **Seis Delegados Representantes das Associações**

António Silva Barbosa, Hélder João Silva Mateus, João Paulo Conceição Patrício, Serafim Mário Martins Sá Ferreira, Manuel Vicente Correia Ranhola e José António dos Santos Carvalho.

Para além do Presidente Carlos Batista, estiveram presentes na Assembleia Geral, Rosa Cristino, Luís Coelho, Luis Ferreira e Bruno Valente em representação da Direção da Federação.

### **Justificaram as respetivas faltas a esta Assembleia Geral quatro Delegados:**

#### **Um Delegado Representante de Clubes**

António Manuel Marques Matias

#### **Um Delegado Representante dos Juizes**

Miguel Alexandre Santos Eusébio

**Um Delegado Representante dos Treinadores**

Flamínio Amaro Bonifácio Pechincha

**Um Delegado Representante das Associações**

Carlos José Santos Lopes

**Faltaram a esta Assembleia Geral e não Justificaram as respetivas faltas nove**

**Delegados:**

**Cinco Delegados Representantes dos Clubes**

Carlos Fernando da Silva Santos, Carlos José Fernandes Lourenço, Luis Filipe da Silva Cruz, Márcio André Silva Coelho e Rogério Paulo Pereira Marques.

**Um Delegado Representante dos Juízes**

Pedro Gonzaga Fernandes Magalhães

**Três Delegados Representantes dos Praticantes**

Abel António Moreira Lima, Eduardo enrique Moreira Pereira e José Manuel Campos Cid.

Cessou o direito de participação nas Assembleias o Delegado representante da ARPDABL Nuno Manuel Ferreira Assis por deixar de reunir as condições exigidas para o efeito.

Antes do início dos trabalhos o senhor Presidente da Direção usou da palavra para solicitar que em memória do Vice-Presidente para a Área de Mar da Federação, falecido no passado dia 23 de fevereiro, fosse guardado um minuto de silêncio.

Guardado o minuto de silêncio, o senhor presidente da Mesa da Assembleia Geral, deu início aos trabalhos e, após agradecer a presença de todos os Delegados, do Presidente da Federação Portuguesa de Pesca Desportiva, dos restantes elementos da Direção e do Presidente do Concelho Fiscal, confirmou que todos os Delegados presentes tinham recebido e lido a ata nº 132 relativa à anterior Assembleia, pelo que, de acordo com todos prescindiu da sua leitura.

Não havendo por parte dos Delegados presentes qualquer reparo ao conteúdo da referida Ata, o senhor Presidente da Mesa da Assembleia propôs a sua aprovação.

Posta à votação a proposta de aprovação da ata 132 da Assembleia Geral do dia 30 de novembro último, foi a mesma aprovada por maioria com oito votos a favor e uma abstenção.

Entrando no ponto dois a Ordem de Trabalhos, o Presidente da Mesa deu a palavra ao Presidente da Direção, que começou por agradecer a presença de todos e imediatamente

abordou as dificuldades que está a ter em gerir no atual contexto do COVID-19 (coronavírus), a situação das realizações programadas nomeadamente do 3º Campeonato do Mundo de Pesca Desportiva de Mar – Duplas, previsto para os dias 21 a 28 deste mês em Troia e da pressão imposta pelas Federações dos Países inscritos, que precisam de saber o ponto de situação, conhecendo-se já a desistência da participação de França no referido campeonato.

Considerando que a decisão de se realizar ou não o campeonato deveria caber ao Comitê da FIPS-M ou até mesmo à Confederação Internacional e, parecendo pelo teor dos contatos já havidos, que estas entidades estarão a querer que seja a Federação Portuguesa a ter essa responsabilidade, de forma a acautelar a posição da Federação, contactou a tutela nomeadamente a Direção Geral de Saúde e a Secretaria de Estado dos Desportos no sentido de obter indicação de procedimentos a ter em conta, estando a aguardar resposta a esses contatos.

De qualquer forma, informa desde já a Assembleia que se não obter indicações precisas quer da Confederação Internacional ou da FIPS-M quer das autoridades Portuguesas no sentido de cancelar a prova, a Federação irá promover a sua realização com todas as consequências que daí poderão advir.

De seguida abordou o trabalho do último ano e as dificuldades continuadas que tiveram na gestão financeira da Federação, dificuldades há muito notadas e reclamadas, bem explanadas no Relatório enviado aos Delegados e que são fruto de um apoio deficitário da tutela.

Informou ainda que na próxima semana irá ser recebido pelo presidente do IPDJ de quem irá tentar obter uma verba significativa de forma a poder suprir o saldo negativo de exploração que, casuisticamente, corresponde ao valor diminuído pela tutela em 2011 e que se cifra em 45.000 euros, precisamente a diferença entre os 135.000 euros que recebíamos á data e os 90.000 que recebemos atualmente.

Disse ainda que sem esse valor é muito difícil gerir esta casa e mais difícil se torna quando são os próprios pescadores que, sabendo de todas estas dificuldades financeiras, só se preocupam em massacrar no sentido de saber já, quanto vão receber ou em quanto vão ser apoiados nas deslocações das respetivas seleções, quando afinal ainda nem sequer a Federação sabe quanto vão ser os apoios no corrente ano por atraso no funcionamento da plataforma do IPDJ.

Que foi um ano atípico que reuniu num único mês, logo no início do ano, vários campeonatos do mundo que, a agravar ainda mais a situação, foram realizados na África

do Sul o que acabou por se refletir financeiramente no resto do ano obrigando a uma gestão extremamente difícil, dificuldades que só foram superadas, porque tiveram uma importantíssima ajuda da Confederação, que se disponibilizou para emprestar à Federação, sem qualquer contrapartida, um valor que serviu para sustentar a situação até ao momento.

Que está esperançado no reforço da verba que a tutela irá disponibilizar este ano, mas se tal não acontecer não sabe como gerir a situação e então teremos de reunir novamente, no sentido de se encontrarem soluções para a gestão das vinte seleções que, sem mais apoios para além dos 60.000 euros que atualmente se recebe, não se conseguem gerir.

Que é esse o valor que esteve até 2019 destinado às seleções e, não havendo outros apoios, é com esse valor sem mais qualquer acréscimo, que as seleções vão ter de se organizar quando o mesmo for posto à disposição.

Que assim sendo, as contas são as que estão explicadas no relatório apresentado, mas estará á disposição de todos, para qualquer esclarecimento adicional que pretendam.

De seguida o senhor Presidente da Mesa perguntou à Assembleia se alguém queria intervir e após registo dos interessados deu a palavra ao Delegado João Paulo Patrício que disse em complemento ao raciocínio do Presidente que o problema são mesmo as seleções e que mais cedo ou mais tarde, se tem de tomar uma atitude porque caso contrario as seleções, que são um sorvedouro de dinheiro, vão acabar por prejudicar toda a Federação e o seu funcionamento que é muito ou terá de ser muito para além da gestão e organização de seleções.

De seguida lembrou que há 9 ou 10 anos reduziram provisoriamente 2,50 euros ao valor que cabe às Associações e o que verificou recentemente é que em vez de se repor o referido valor, retirou-se mais um euro perguntando por isso qual a razão de tal procedimento e da sua legalidade.

Seguidamente foi dada a palavra ao senhor António Barbosa que disse que para ele não é nenhuma surpresa o estado financeiro da FPPD e que enquanto não se estabelecerem mínimos de participação nos campeonatos e houverem campeonatos com menos de vinte participantes a dar seleções, o prejuízo continuará a ser cada vez maior.

Por fim e a título de reparo disse que estavam presentes na sala só nove delegados dos trinta e três que ali deviam estar. Que pelo desinteresse demonstrado, está convicto que nas próximas eleições vai ser muito difícil eleger delegados.

De seguida foi dada a palavra ao José Carvalho que informou a Assembleia que o assunto da diminuição de um euro nas filiações, revalidações e transferência às Associações, foi

abordado na anterior Assembleia que aprovou o plano de atividades da FPPD para o ano de 2020. Que na altura o assunto só foi criticado pelo Delegado Hélder Mateus o que leva a pensar que os restantes delegados, ou não perceberam ou não se importaram e aprovaram a diminuição da verba.

De seguida foi dada a palavra ao senhor Hélder Mateus que em complemento ao caso das seleções sugeriu a criação de um órgão interno exclusivo para a gestão das seleções.

De seguida foi dada a palavra ao senhor Ranhola que se solidarizou com as anteriores intervenções acerca da retirada de mais um euro. Que compreende as dificuldades da FPPD, mas que não podem contar exclusivamente com as Associações para resolver essas dificuldades sob pena de assim, caírem todos.

Relativamente às seleções disse que nada justifica a existência de tantas seleções. Sugere que se faça qualquer coisa já que o problema está encontrado falta só encontrar as soluções e essa muito provavelmente passam por se exigir que as seleções atinjam objetivos pré-estabelecidos pela FPPD.

De seguida foi dada a palavra novamente ao senhor Hélder Mateus, que pediu um esclarecimento sobre um saldo devedor no montante de 8.700 euros na conta de um fornecedor de nome Cosmos.

Não havendo mais inscrições foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Direção, para os esclarecimentos necessários, começando este, por dizer que a atribuição dos 2,50 euros vem do mandato do Presidente Francisco Maurício, mas que a história está incompleta já que essa atribuição foi dentro de pouco tempo retirada e se ficou a dever a um valor anteriormente dado sob proposta do Sr. João Catarré, que de forma ligeira e sem qualquer análise interna da Direção de então.

Quanto à retirada de um euro às receitas das Associações verificada atualmente, estava prevista no plano de atividades e orçamento para o ano de 2020 que foi aprovado no passado dia 30 de novembro. Tal facto ficou a dever-se aos constantes aumentos de tudo inclusive de despesas com os cartões de filiados e outros gastos administrativos, que se tornam incomportáveis já que se mantiveram os valores das revalidações e inscrições.

Relativamente às seleções apoia incondicionalmente as opiniões dos Delegados, reafirmando que não pode haver seleções de seis elementos, que são os mesmos que disputam os campeonatos nacionais.

De seguida o Presidente da Mesa deu a palavra ao senhor Presidente do Conselho Fiscal, que referiu o parecer do órgão a que preside, no qual alertam para a limitação sobre os valores do inventário do património que continuam com um valor que não estão ainda

esclarecidos relativamente ao valor contabilístico. Que se trata de valores patrimoniais que não afetam a exploração pelo que na sua opinião as contas devem ser aprovadas.

De seguida procedeu-se à votação do Relatório e Contas da Direção relativo à época de 2019, que foi aprovado com oito votos a favor e uma abstenção.

De seguida o Presidente da Mesa deu início ao ponto três da convocatória, começando por informar que a pedido do Presidente da Direção, na passada quarta feira se deslocou em representação da FPPD, a uma reunião do ICNF em Bragança, tendo explicado o que se passou nessa reunião, nomeadamente sobre a apresentação de um projeto.

De seguida foi dada a palavra ao Presidente da Direção, que expôs o problema bastante delicado relacionado com inscrições em campeonatos nacionais, que explicou à Assembleia e está por resolver na Associação Regional de Viana do Castelo. Que irá aguardar mais um tempo, para de seguida tomar medidas de forma a solucionar o assunto. Mas, que ainda maior que o problema anterior, tem o problema relacionado com a manifesta falta de treinadores e a sua relutância em atualizar a cédula, por total desmotivação pela a forma como lhes foi inculcada a obrigatoriedade da FPPD ter de possuir a figura de treinador e deste vir a ser remunerado, etc., quando se aperceberam de que tal é totalmente desajustado à nossa realidade.

Propôs assim, que fosse votado um pedido de autorização para a desobrigação da necessidade da figura de treinador na Federação Portuguesa de Pesca Desportiva e do inerente respeito pela legislação em vigor, por tal, ser manifestamente desadequado à nossa modalidade, pedido esse a ser endereçado ao IPDJ.

A proposta foi posta à votação tendo sido aprovada por unanimidade.

E, nada mais havendo a tratar, o Presidente da Mesa da Assembleia Geral deu por encerrados os trabalhos, congratulando-se pela forma como a Assembleia decorreu.

O Presidente da Mesa da Assembleia

O Secretário indigitado:

O Secretário indigitado:

*João Manuel Ferreira de Sousa*  
*[Assinatura]*  
*[Assinatura]*